

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	V. 12	N. 2	p.151-170	2006	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	------	-----------	------	----------------

A TRADUÇÃO: UM PERCURSO DE RETORNO À LINGUA MATERNA

Sergio Flores Pedroso*

RESUMO: Neste artigo, a tradução é assumida como caminho de retorno à língua materna em cujo processo se ressalta a valorização da língua primeira. Isso ocorre porque o trabalho tradutório torna possível ao tradutor distanciar-se criticamente de ambas as línguas dentro do processo contrastivo. Quanto à relação do tradutor com a língua de partida, aqui considerada materna, na busca de adequações semânticas e formais, as descobertas são constantes ao mesmo tempo em que se desencadeia um processo de reforço e transformação a respeito das próprias concepções de linguagem. O componente cultural atua de forma acentuada porque o trabalho com a forma só se justifica pelo esforço de adequação enunciativo-discursiva, que é cultural e, por isso, ideológica.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística Aplicada. Tradução. Análise do Discurso.

TRANSLATION: A RETURN JOURNEY TO THE MOTHER TONGUE

ABSTRACT: In this article translation is subsumed as a return to the mother tongue in which the process of translation the value of the first language is enhanced. The reason why this happens is because the work of translation makes possible that the translator

* Sérgio Flores Pedroso é professor da Universidade Federal de Mato Grosso no Departamento de Letras e no Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem.

gets critically detached from both languages in the contrastive process. As concerning the relationship of the translator with the starting language, here considered to be the mother tongue, in search of semantic and formal adequacies, the findings are constant and simultaneously a process of reinforcement and transformation about the conceptions of language is unchained. The cultural component has a strong role because the work with form is only justified by the effort of the enunciative-discursive adequacy that is cultural and, because of this, ideological.

KEYWORDS: Applied Linguistics. Translation. Discourse Analysis.

Introdução

Este artigo aborda o processo tradutório a partir de dois tipos de contradições que lhe dão coerência: a contradição dialética e a contradição irônica. A primeira baseia-se no materialismo histórico que a torna operativa. A segunda baseia-se na noção do paradoxo como é amplamente estudada no âmbito da lingüística e da teoria literária¹.

Assim, a contradição dialética não envolve necessariamente inadequação, mas sim complementaridade, circularidade. Graças a isso, o equacionamento de conceitos essenciais sobre os quais se constitui a Teoria da Tradução –

¹ O traço comum às duas principais posturas relativas à linguagem, como se verá na seção a seguir, é o fato de ser assumida como paradoxo. A primeira, que leva embutida a literalidade como dada, tem a ironia como mecanismo que torna possível dizer o contrário do que se pensa, de maneira proposital e obliquamente perceptível. O seu processo de produção pode localizar-se no locutor, no ouvinte ou no texto. Por outro lado, a outra concepção de linguagem assume a opacidade como seu traço principal (da linguagem) e, por isso, não estabelece um estar dentro ou fora de uma pretensa literalidade, porque, não havendo sentido imanente, a ironia não é desvio, mas o lugar do irônico enquanto reflexo da tensão “(...) *entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor* [mas que se encontra entre as derivas possíveis]” (MAINGUENEAU, 1989, p. 98). Isto é alicerçado pela consideração de que o uso da linguagem é um acontecimento e decorre de condições sociais e históricas específicas. Exemplos de teorizações sobre a ironia nas áreas mencionadas se encontram em Barbe (1995), Both (1974), Mucke (1995), Orlandi (1986) e Maingueneau (1989).

linguagem, língua, sujeito, texto, discurso, cultura, história –, torna possível que, no espaço deste trabalho, coincidam teóricos com posturas distantes entre si, mas que essencialmente visualiza(ra)m a tradução como resultado de relações contraditórias.

A ironia, por outro lado, enquanto lugar do paradoxo, justifica o ir e vir de uma língua a outra e o seu resultado que, em relação à tradução, é focalizado na área através do conceito de *double bind* e de sujeito da linguagem a que a concepção não-tradicional se refere, sendo as concepções metafísica, romântica e cognitivista, nessa ordem cronológica, tidas aqui como tradicionais.

Visando à maior abrangência possível das considerações que serão feitas, torna-se necessário estabelecer de início que a tradução está, neste trabalho, sendo pensada a partir da especialização que considero mais complexa: a tradução literária. A meu ver, é nela que se conjugam com maior densidade o trabalho lúdico com a linguagem, através do formal, como componente do resultado final do trabalho artístico e da elaboração argumentativa, da construção textual. Isto explicita a contradição dialética entre forma e sentido no uso da linguagem e envolve a consideração de fatores históricos e sociais que o legitimam.

Os aspectos contraditórios a serem aqui abordados são constitutivos do processo tradutório que se desdobra num reforço identitário, cujo efeito mais evidente é a visualização crítica da língua/cultura materna. Dois aspectos e derivações que decorrem dessa assunção serão valorizados: a interpretação e o contrastivo.

Primeiramente, serão explicitados conceitos que considero básicos na visão que aqui apresento do processo tradutório e o seu produto. Após apresentar os pressupostos teóricos, passarei a justificar a assunção desse trafegar entre línguas/culturas como processo de retorno. Tudo em relação dialógica com autores que enfocaram, diretamente ou *a contrario*, a postura discursiva de abordagem da linguagem.

Linguagem e sujeito

Todas as correntes que embasam as teorizações sobre a tradução encontram sua justificação básica num dos aspectos que envolvem o conceito de linguagem com que seus autores operam e que explicitam tentando elucidar o processo. Conceitos-pivô das discussões são principalmente pares dicotômicos, como os de forma/conteúdo, traduzibilidade/intraduzibilidade, fidelidade / infidelidade, estrangeirização / naturalização; tradutor/autor, e conceitos como *double bind*, desbordamento saldo [*remainder*], etc. Assim, por trás de um espectro extremamente amplo de matizes, as posturas básicas que justificam a relação linguagem/exterioridade são duas e excludentes entre si. Elas se condensam na assunção de que:

1. a linguagem reflete a existência de correspondência direta linguagem-mundo
2. a linguagem é semanticamente arbitrária, inexistindo um nexo direto com o exterior a ela.

O fato de serem excludentes não implica que, como há de se ver, inexista um fluxo entrecruzado de conceitos resultantes de cada uma das posturas, o que complexifica e legitima o trabalho teórico com a linguagem.

Em contraste com a conclusão a que chegou Eagleton (1993, p. 230) a respeito da nova concepção de sujeito em que coincidiram, vindos por caminhos distintos, Kant, Hegel e Marx – o raciocínio e a ação subsequente do sujeito são determinados na interação com o mundo –, nos estudos lingüísticos, a concepção de linguagem enquanto objeto de conhecimento não parece basicamente muito distante da sua formulação primordial², de muito antes que a lingüística ganhasse estatuto de ciência sob o empuxo do Curso de Lingüística Geral³, de Ferdinand de

² Aristóteles já considerava o caráter arbitrário do signo, mas em função de uma correspondência termo a termo alma/palavra, onde a alma são as idéias (AUROUX, 1990, p. 2628).

³ Dado que estamos falando em linguagem e em sujeito, parece importante frisar que é a partir do estabelecimento da contradição língua/fala que Saussure (1965)

Saussure: o mundo é dado e a linguagem o representa em alto grau de correspondência.

A assunção de uma relação simétrica linguagem-mundo ainda se revela forte e se manifesta através de práticas que a pressupõem (o tratamento da linguagem como código é uma delas). O conceito de sujeito da linguagem, por isso, não tem como se distanciar da concepção que os românticos capitalizaram e enriqueceram – Seligman (1999c, p. 23-24) – de dono da sua intencionalidade enunciativa, já que o que ele faz é equacionar os elementos de um código através do qual significa. A palavra, assim, possui uma carga semântica imanente. Ela é a base da ação de enunciar que, em coerência com essa concepção de linguagem – e de sujeito –, é tida nessa postura como conjunto de orações dirigidas a significar algo em pormenor.

Tal assunção, um pouco mais complexificada, pode ser constatada em Walter Benjamin (II, p.151)⁴ quando no seu arrazoado introduz o componente teológico para sustentar a precedência da linguagem ao ser humano – através da palavra – e a sua origem divina. Ele atribui ao mesmo tempo esse dom à natureza e, mentalista, concebe entre os homens mentes superiores cuja condensação de pensamento através das palavras é de tão alto grau que abarca outras línguas metamorfoseadas à maneira de síntese.

explicita a relação dialética sujeito/sentido que até hoje se reproduz na assunção polissêmica da linguagem:

A língua não é, menos que a fala, um objeto de natureza concreta, e esta é uma grande vantagem para o estudo. Os signos lingüísticos, por serem essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações ratificadas pelo consentimento coletivo, e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm seu lugar no cérebro. (p. 32)

⁴ Este teórico do trabalho com a linguagem continuará sendo incluído como interlocutor nas problematizações a serem abordadas por causa da sua importância enquanto elaborador de uma instância diferente de abordagem da linguagem – devido aos seus pressupostos – que em muitos aspectos chega a resultados coincidentes com visões mais contemporâneas da linguagem propriamente dita e da tradução, em que se privilegia o foco no cultural, no trânsito entre as línguas.

[...] a língua tem uma palavra própria, e essa palavra vale também para aquela recepção do sem-nome no nome. É a tradução da linguagem das coisas para a linguagem do homem. [...] toda língua superior (com exceção da palavra de Deus) pode ser considerada enquanto tradução de todas as outras. (Trad. Susana Kampf Lages)

A consideração do social como constitutivo do processo de significar – chame-se situação, contexto ou condições de produção⁵, se for feita abstração de especificidades da abrangência de cada denominação – é o traço distintivo principal da concepção da linguagem em que a ela é reconhecido caráter polissêmico. Isto leva a considerar um traço determinante para os desdobramentos atuais do trabalho com a linguagem. Trata-se da não-transparência, da incompletude semântica obediente das determinações históricas que, em última (e primeira) análise, são responsáveis pelo significar.

Embora na atualidade a consideração do papel da história⁶ na construção/atribuição de sentidos seja tida como decorrência natural do social na linguagem à luz do materialismo (marxismo, construtivismos pós-modernos e desconstrução), esse ponto de vista apenas encontrava o seu lugar no estreito espaço do contexto imediato nas posturas que começaram a focalizá-lo. O ponto fulcral era – e continua sendo – o enunciado. Nele, o contexto legitima a assunção polissêmica: a sentença é tomada como a alternativa no questionamento da literalidade atribuída à palavra.

A pragmática, a sociolingüística e a semântica, que atentam ao interativo dentro do social, focalizam mais o factual, o uso da linguagem enquanto acontecimento, sem adentrar em problematizações sobre as origens, sobre o causal, o que justifica a perspectiva de tratamento da linguagem pela vertente francesa

⁵ Trata-se de denominações dadas à exterioridade da linguagem quando se reconhece o seu caráter polissêmico na Pragmática, Lingüística Textual, Semântica e Análise do Discurso (Cf. AUSTIN, 1962; DUCROT, 1977; MARCUSCHI, 1983; GUILHAUMOU E MALDIDIER, 1989).

⁶ Apesar da multiplicidade de sentidos dados à história enquanto valor epistêmico – origem divina, luta de classes, ruptura, trauma, etc. –, aqui ela está sendo pensada no sentido genérico de vínculo com o passado.

da análise do discurso e por enfoques construtivistas em que a “evidência da coletividade” na linguagem (DUCROT, 1992, p. 206) – a história e a cultura –, através da repetição involuntária e inevitável, é o patamar a partir do qual é abordado o trabalho com o simbólico, que leva, assim, a tratar da concepção de sujeito.

A intencionalidade do sujeito é considerada natural dentro da pragmática e a semântica. A esse voluntarismo, porém, são contrapostos conceitos como o de pressuposição e subentendido⁷ (DUCROT, 1992), em que, sem abrir mão da literalidade, há o reconhecimento de que existem outros significados possíveis que independem da vontade do sujeito da enunciação. Isto porque, à medida que vai sendo permitida a participação do componente histórico, torna-se patente a necessidade de existência de um sujeito que justifique que a exterioridade da linguagem participa do processo de construção de sentidos. O construtivismo e a análise do discurso, vindos por caminhos diferentes e operando do presente com perspectivas distintas, coincidem na atribuição à história desse papel legitimador.

A consideração da história na produção de sentidos tem vários desdobramentos da maior importância por seu reflexo na assunção da tradução. Trata-se de que, ao estabelecer uma base genérica para justificar o processo de constituição de sentidos, atenta-se à prevalência do coletivo sobre o indivíduo-sujeito que é, por isso, transformado. A esse indivíduo-sujeito, porém, é (ainda) atribuída – em posturas formalistas – total determinação no que

⁷ Enunciado e enunciação correspondem, respectivamente, ao objeto real – a materialização do uso da linguagem através da frase – e ao objeto do conhecimento. Neste último conceito, o objeto real está contido enquanto elemento do conjunto que resulta na expressão de um pensamento. A enunciação é o lugar da observação e da análise. O enunciado, em que é considerado um sentido literal – representado pelo “posto”, o “suposto” e por aquilo que é “entendido” –, possibilita, segundo as condições de emprego (para os pragmaticistas), estabelecer relações entre frases das quais decorreriam outras idéias latentes no enunciado. Para os semanticistas, por outro lado, o pressuposto se encontra no nível da enunciação, nas associações que a combinatória das palavras possibilita e que revela sentidos involuntários do locutor no ato de fala. (Cf. DUCROT, op.cit.). Atente-se ao fato de toda a conceptualização se basear num pretense sentido literal das palavras quando combinadas em frases.

quer dizer e agora lhe é colocada por diante uma alternativa de sujeito que resulta de condições históricas que se refletem no social da sua contemporaneidade, estando, assim, a ela assujeitado para significar. Isto implica considerar o lado ideológico no uso da linguagem.

A noção de ideologia que é ativada aqui obedece ao fato de que a linguagem é concebida como vocacionada para a ação – quer essa ação seja chamada dialógica, quer intersubjetiva⁸. Assim, significar é considerado um gesto, que resulta da participação do componente histórico. A ideologia, então, é focalizada processualmente enquanto mecanismo de produção de uma idéia – que se materializa como gesto – e não como um conjunto de idéias⁹. Isso não obedeceria às razões da prática interativa da linguagem, mas à preservação de valores específicos.

Esse raciocínio chama a atenção para o processo de construção de sentidos ou de reconfigurações interpretativas possíveis – construtivismo, desconstrução – que ganham inteligibilidade a partir das condições de que se alimentam e cujo efeito é a valorização privilegiada do heterogêneo no sentido.

A meu ver, estas considerações fazem parte da malha através da qual passa e é constituída toda assunção da tradução. Passo, assim, a explicitar como assumo a sua aplicabilidade a várias considerações predominantes no que tange a esse processo fluido de andar de uma língua à outra e a trafegar entre elas.

⁸ Respectivamente, Bakhtin (1979) e Benveniste (1976) referiram-se assim a que o uso da linguagem sempre pressupõe o outro, um interlocutor.

⁹ Pêcheux (1988, P. 144) referiu-se à relação entre ideologia e idéias dizendo que “as ideologias não são feitas de ‘idéias’, mas de práticas”; Eagleton (1997, p. 53) reformula dizendo que “uma ideologia bem-sucedida deve funcionar tanto em termos práticos quanto teóricos, descobrindo algum modo de ligar esses dois níveis”.

Contraduções

A discussão que tenciono travar nesta seção tem como ponto de partida a abordagem moderna da tradução (STEINER, 1978, p. 225-226) que se inicia com a “descoberta” da “Tarefa do tradutor”, de Walter Benjamin, em 1923. Fiz a escolha desse autor como ponto de referência inicial em razão das características dialética e irônica que atribuo à tradução enquanto processo.

A obra de Benjamin retoma a consideração do interpretativo como prevalência no gesto tradutório¹⁰. Ela apresenta um traço irônico no sentido de que sustenta, ao mesmo tempo uma imanência semântica na palavra tida como “*elemento originário do tradutor*” (BENJAMIN, 1971, apud DERRIDA, 1987, p. 221) e como unidade básica da expressão. Isso, a meu ver, não implicaria injunção interpretativa. Essa incompatibilidade encontra justificção em Benjamin, através da qualidade mágica que ele atribui à linguagem e cujo acesso se dá através da alegoria.

Os conceitos de alegoria e de não-representacionismo se referem à expressão “indireta” enquanto inexistência de um sentido definitivo e a abertura sempre possível a outros sentidos, como acontece com o icônico, e o caráter alusivo que este filósofo privilegia na sua aproximação da linguagem em que à escrita é atribuída a maior parcela de responsabilidade.

A escrita, enquanto injunção icônica da linguagem, é valorizada por Benjamin porque a ela atribui função alegórica¹¹ – para ser mais exato – imagética. Coerente com a sua recusa a atribuir caráter representacionista ao lingüístico, toma a consideração imagética para abonar a sua postura no sentido de

¹⁰ Note-se que no próprio título da obra de referência em que explicita como a tradução é pensada por ele – “A tarefa do tradutor” –, reconhece a interpretação como gesto prevalecente no processo: o tradutor é o responsável pelo trabalho de atualização do passado representado no original:

Assim surge diante do filósofo a tarefa de compreender a vida natural a partir desta vida, de maior extensão, que é a da história. (Tradução minha da versão francesa de “A tarefa do tradutor” (1971), de Maurice de Gandillac, apud Derrida (1987, p. 214)).

¹¹ *No contexto da alegoria, a imagem é apenas marca, monograma da essência, não a essência no seu invólucro.* (GS I p. 388)

não haver simetria entre a linguagem e o mundo. Benjamin considera a linguagem substância dispersa nas várias línguas. Ele esclarece que a linguagem tem a escrita como a sua maior aproximação e, em conseqüência, considera-a mais pura do que a oralidade, cuja imediatez avalia negativamente como própria da vocação comunicativa. A escrita é o solo da alegoria e, como conclui Seligman (1999b, p.33), para Benjamin nela *privilegia-se a negatividade 'sublime' do enigma em detrimento da imediatez do signo*, o que Benjamin explicita nas suas considerações sobre a linguagem em geral e a tradução em particular.

Tem-se em Benjamin traços característicos básicos de posturas contemporâneas a respeito da linguagem: o heterogêneo constituindo a linguagem e, por isso, a não-correspondência linguagem-mundo; a interpretação como decorrência dessas duas premissas, a incompletude semântica obedecendo a razões históricas e a responsabilidade do tradutor pelo afinamento da compreensão do leitor com a ferramenta que a ele permite a ação de mostrar. É interessante ressaltar especificidades deste último aspecto em Benjamin. Trata-se do reconhecimento de que a tradução pertence a uma ordem particular da linguagem: a ordem da escrita.

A atenção à escrita em Benjamin se justifica principalmente em conseqüência do caráter alusivo, simbólico, que a ela atribui. O fato de que compatibilize percepção (interpretação) e leitura decorre dessa sua visão singular. No arcabouço teórico benjaminiano, a leitura é o acesso àquilo que primordialmente foi escrito – o livro do mundo – por Deus (Cf. SELIGMANN, 1999c) e através das reflexões sobre a leitura/interpretação pode ser inferida a sua assunção sobre a relação que estabelece entre escrita e tradução.

Das considerações sobre a escrita e a tradução, julgo interessante focalizar a parcela que corresponde ao formal, à materialidade lingüística¹², em função da tese que quero abonar com este trabalho. A ordem da escrita, apresenta peculiaridades –

¹² À escrita e à incidência das suas características é apenas feita alusão *en passant* na bibliografia especializada ou muito indiretamente, como em Venuti (1994, p. 5). Atribuo isto a que fundamentalmente atenta-se mais ao textual como estético, desatendendo o lado lingüisticamente material.

sempre formais¹³ – que têm reflexos importantes no trabalho de construção/deslocamento¹⁴ de sentidos que caracteriza a tradução. A ordem da escrita torna visível que o parafrástico e o metonímico são recorrências constitutivas básicas da tradução.

Esses dois mecanismos processuais resultam de construções diferentes da textualidade¹⁵, entendida como relação do texto com a sua constituição formal e tudo aquilo que, mesmo lhe sendo exterior (HALLIDAY, 1976), valida os seus sentidos possíveis. Ao se pensar em validação de sentidos, parece não ser possível desconsiderar o conceito genérico de cultura, de cuja trama participam o histórico e o ideológico¹⁶. Na cultura, com os seus “mil códigos invisíveis” (TODOROV, 1988, p. 424), fica preso tudo aquilo que diz respeito ao comportamento humano.

O acesso a essa rede tem sido um dos aspectos mais problematizados nas teorizações pós-modernas (Cf, DERRIDA, 1987; OTTONI, 1997; SELIGMANN, 1998-2000); STEINER, 1978; VENUTI, 1994, 1998), em que são postos em foco diferentes

¹³ Estou fazendo alusão principalmente à estabilidade da escrita – em contraste com o caráter efêmero da produção oral e a simultaneidade de reação a que obriga –, que permite um trabalho mais aprofundado na criação de efeitos de leitura através da ordem das palavras e as escolhas morfológica e lexical por que se faz opção – o que implica em efeitos semânticos também –, dado que há palavras preferencialmente usadas nessa dimensão, sempre com implicações de sentido. Considero também a construção de grupos fônicos que constituem o ritmo próprio dessa ordem e a possibilidade de valorizar o lugar que no texto é atribuído a cada idéia que pode diferir na língua-cultura alvo. Tudo isto prova a relação performativa forma-conteúdo.

¹⁴ Considero diferente transferir de deslocar, porquanto vejo no primeiro termo uma ação de passagem que não afeta o contexto – lexical e sintático – de inserção em função de uma adequação textual, como acontece com o deslocamento, que releva a legitimação histórica e, por isso, o esforço de torná-la inteligível.

¹⁵ O conceito de texto a partir do qual está sendo usado este termo não se relaciona com a consideração formalista de somatória de frases. Ele baseia-se, antes, na consideração de que o sentido preexiste à sua produção e o que faz a palavra, a frase ou o conjunto delas fazer sentido são as condições da sua produção, estas sim envolvendo o contexto histórico-social (ORLANDI e GUIMARÃES, 1985).

¹⁶ Geertz (1989, p. 103) define a cultura como “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em forma simbólica por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”.

aspectos que envolvem o processo tradutório e que justificam o seu trabalho de adequação semântica.

Se toda cultura se apresenta como essencialmente completa para naturalizar o seu recorte do real, isto implica um trabalho singular com a linguagem para expressar esse recorte como verdade. O processo tradutório se produz na tensão entre duas textualidades que, embora possam ser muito próximas, sempre serão, sobretudo, diferentes, prevalecendo a assimetria entre os modos de formular. Sou de parecer, por isso, que a consideração da frase por Benjamin como um muro entre uma e outra língua (2001, p.209) pode ser explicada enquanto assunção implícita da sentença como unidade de significação, através da qual se concretizam diferenças operacionais para dizer como o Outro diz.

Trabalhar essas diferenças – formais e textuais – como matéria bruta significa explicitar o implícito que, por um lado, se dá na horizontalidade da língua de chegada do tradutor – assumida como a materna ou a do seu maior domínio – e, pelo outro, na transversalidade da relação língua de partida/língua de chegada.

Considerando que a cultura é sobretudo adquirida, se na horizontalidade, sabe-se e sente-se; na transversalidade, trata-se de fazer conhecer¹⁷ para tornar inteligível o sentir do público-alvo do original. Nesse esforço por tornar transparente uma construção de sentidos diferente, não raro precisa ser “decantado” da língua de chegada o que para a língua de partida faz parte do todo necessário para formular. Em muitos casos, uma parte desse todo – que se mostra ainda necessária para o gerenciamento de sentidos pelo tradutor – sobrevive como nota explicativa.

Essa incompletude constitutiva da tradução que Venuti (1998, p.22), a partir da uma abordagem que o revela pragmaticista, chamou de “saldo”, é recorrente em vários teóricos

¹⁷ Para me deslocar entre saber, conhecer e sentir, baseei-me em Orlandi (1984, p.12), que diferencia “saber” de “conhecer”, atribuindo ao primeiro caráter técnico (no sentido de automatismo, de espontaneísmo, sem mediação de ensino formal) e ao segundo caráter teórico, que implica ensino formal. Revuz (1998, p.224), por outro lado, ao se referir à carga semântica de palavras e expressões em línguas diferentes, nota defasagem entre “saber” e “sentir”.

de posturas distintas¹⁸. Mas considero que se trata, direta ou indiretamente, de que a atenção é dirigida para a injunção interpretativa da tradução que a seguir será abordada.

Quando interpretar é comparar para retornar

A cultura está vinculada à difusão de sentidos através do tempo (STEINER, 1978, p. 41). Um reconhecimento disso é o fato de a temporalidade, na teoria da tradução, ser tomada como elemento de referência na consideração do componente essencial interpretativo do processo. Considera-se o documento a ser traduzido enquanto representação do passado, estando, assim, justificada uma função pretensamente arqueológica do tradutor em que o interpretativo aparece considerado *a contrario*¹⁹ como, por exemplo, sustenta Benjamin (2001, p. 207):

Assim como os cacos de um vaso, para poderem ser recompostos, devem seguir-se uns aos outros nos menores detalhes, mas sem se igualar, a tradução deve, ao invés de procurar assemelhar-se ao sentido original, ir reconfigurando, em sua própria língua, amorosamente, chegando até aos mínimos detalhes, o modo de designar do

¹⁸ Em Benjamin (2001), está contida no conceito de “pura língua” que condena as outras a nunca poderem atingir a plenitude da condensação semântica divina; Steiner (1978, p. 222) justifica-a, dizendo que “*a linguagem é a criação incessante de mundos paralelos*”, para especificar depois (p.228) que “*mesmo os termos aparentemente neutros e sem nada oculto possuem um estofo de especificidades lingüísticas, hábitos culturais e históricos os envolvendo como um casulo.*” O termo “desbordamento”, por sua vez, é aplicado ao enfoque formalista que Mounin (1975) faz dessa incompletude e a como Derrida (1987) o operativiza dentro do conceito de *double bind* em que se refere à interpenetração das línguas.

¹⁹ Defendendo uma *démarche* a-histórica, cuja função é a de transferir fatos através do tempo, como se de fragmentos inertes se tratasse, Benjamin reforça a sua defesa de privilegiar o mostrar ao dizer e a atribuição de caráter melancólico à tradução diante da irrepetibilidade do tempo (passado) que todo texto condensa. Esse esforço teórico por desconhecer que com a mediação interpretativa o passado (a obra) sobrevive – como ele próprio diz – através da tradução, pode ser lido como constatação de que ele está contrapondo a sua tese àquilo que prevalece no trabalho tradutório: a sobrevivência do texto através da anulação da distância entre passado e presente mediada, pela interpretação.

original, fazendo assim com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como cacos são fragmentos de um vaso.

Numa outra direção, com a consideração da temporalidade, o fato de a tradução resultar da negociação entre valores e/ou equacionamentos distintos dos mesmos pode ser posto em destaque, considerando as circunstâncias de seu acontecimento. Steiner (Op. cit. p.40) dá-nos um exemplo disso, quando afirma:

Sem a invenção fecunda da história, sem a vida ininterrupta de um passado selecionado, não passamos de sombras rasteiras. A literatura, cujo gênio tem as raízes naquilo que Eluard chamava 'o duro desejo de durar' só pode viver dentro do jogo de uma tradução constante no interior da sua própria língua. A arte morre assim que abandonamos ou negligenciamos as convenções que lhe tornam possível a leitura, que deixam penetrar a sua semântica no nosso próprio idioma: aqueles que nos ensinaram a ler o barroco, por exemplo, multiplicaram as antenas que projetamos para o passado. Sem interpretação no sentido abarcador e no entanto único desse termo genérico, não há absolutamente cultura, mas um silêncio que se condensa ao nosso passo. Em duas palavras, a existência da arte e da literatura, a realidade da história vivenciada por um grupo humano estão condicionadas por um processo contínuo, mas não raro inconsciente, de tradução interna. Não é exagero dizer que temos civilização apenas porque aprendemos a traduzir além do momento²⁰.

²⁰ *Sans l'invention féconde de l'histoire, sans la vie ininterrompue d'un passé élu, nous ne sommes plus que de plates ombres. La littérature, dont le génie s'enracine dans ce qu'Éluard a appelé le dur désir de durer ne peut vivre que par le jeu d'une traduction constante à l'intérieur de sa propre langue. L'art se meurt dès qu'on abandonne ou néglige les conventions qui en permettent la lecture, qui en font passer la sémantique dans notre idiome propre : ceux qui nous ont enseigné comment relire le baroque, par exemple, ont multiplié les antennes que nous projetons dans le passé. Sans interprétation, au sens foisonnant et pourtant unique du terme générique, il n'est point de culture mais un silence qui va s'épaississant derrière nous. En deux mots, l'existence de l'art et de la littérature, la réalité de l'histoire vécue d'un groupement humain sont conditionnés par un processus continu, mais*

Em ambas as posturas – que não esgotam as alternativas possíveis, mas sim os seus extremos – pulsa o reconhecimento da tradução enquanto atividade intercultural. Isto apesar da pretensa assepsia à indispensável subjetividade, através da qual se dá o deslocamento intertemporal de textos. Kampff Lages (1996, p. 69-70) assim também o vê e vai além, identificando presente e interpretação, quando sustenta que *a distância entre texto e interpretação, entre passado e presente corporifica o caráter de incompletude da tradução.*

O presente não passa de atualizações do passado, às vezes envidando esforços na univocidade que desconsidera que a temporalidade é a circunstância dos sentidos, às vezes com as inovações que, através da interpretação, os sentidos impõem a partir das suas condições de produção. Não há sentido sem interpretação e, em se tratando da tradução, o processo interpretativo se complexifica ao ponto de se apresentar como se constasse de duas etapas: a primeira, na língua de partida; a segunda, na de chegada.

A tradução, assim, enquanto produto, resulta de uma interpretação da leitura na língua de partida – o que pressupõe operativizar valores culturais e formais – e o deslocamento dessa textualidade para a língua de chegada, que consiste em torná-la inteligível, passando pela comparação, pela avaliação da aproximação formulativa mais pertinente, pela inserção desse dizer, enfim, no repetível da língua-alvo.

Considero esse último aspecto da maior importância na caracterização da interpretação no processo tradutório, porque reflete a sua complexidade: a busca do repetível em ambas as línguas, tendo em vista as condições em que se produz a enunciação, o que releva a injunção ao contraste, o lado comparativo da tradução que necessariamente desvanece a pretensa invisibilidade do tradutor (Cf. VENUTI, 1994) quando atenta à textualidade, como vem sendo defendido neste trabalho.

souvent inconscient, de traduction interne. Il n'est pas exagéré de dire que nous n'avons de civilisation que parce que nous avons appris à traduire hors l'instant. (STEINER, 1978, p. 40)

É no resultado da comparação que se reflete com maior nitidez a relação imaginária entre o tradutor e a língua/cultura de partida – ou aquela que não lhe é materna – ao mesmo tempo que a sua representação do autor e sua obra. Ocupando o lugar do outro, a língua/cultura e o autor e a sua obra são acessados através da relação do sujeito-tradutor com a sua própria língua/cultura e a sua história, num gesto constituído pelo valorativo, cujas marcas ficam impressas na tradução. Isto não tem poucas e sérias conseqüências²¹. Elas dizem respeito à relação com o heterogêneo – formação ou reforço da imagem do estrangeiro – e à assunção de si – formação e/ou transformação de identidades domésticas²².

A reconstrução do outro pela via da tradução tem reflexos diretos na relação do sujeito-tradutor com a língua de chegada, potencializando aquilo que Hawkins (1982) chama de “conscientização à linguagem”. É por isso que sou de parecer que a injunção contrastiva da interpretação tem a maior parcela de responsabilidade pelas relações semânticas que asseguram a coerência interna do texto na língua para a qual se traduz. Isto pressupõe um elemento externo que é dado pela história: a história de leituras do tradutor, a história de leituras da obra e a história, se houver, de traduções da obra. Essa rede interpretativa, que a temporalidade atravessa, estende-se à relação dos textos entre si e com outros textos em ambas as línguas.

Por outro lado, considero difícil, senão impossível, tentar reproduzir efeitos conseguidos com os recursos de um recorte heterogêneo do real sem se posicionar com um certo estranhamento relativamente àquilo que se tem como genuíno. Tal tentativa, sendo incompleta – dado que se assenta no diverso: a língua, a história, a ideologia, a cultura – só se apresenta viável a

²¹ Venuti (1994, 1998), Seligmann (1999 a, 2000) para citar apenas dois exemplos, se debruçam nos desdobramentos da tradução assumida como prática política.

²² O capítulo 4 de *The Scandals of Translations* (VENUTI, 1998) é sobejamente ilustrativo nesse sentido.

partir da reinvenção da língua estrangeira através da textualidade da língua de chegada²³.

Ao dirigir o olhar atento sobre a língua de chegada, a língua de partida reforça esse relacionamento, conscientizando dizeres existentes, equacionamentos possíveis e sentidos que não eram tidos como tais. Passa-se, assim, a um patamar em que está aberto um novo espaço para a expressão do sujeito, em que as palavras não são mais aquilo que elas eram (REVUZ, 1998, p. 220, 229), instala-se a visão crítica daquilo que, por natural, não era visível: o processo de construção de sentidos na língua materna. Isso a redescobre e reforça.

Interpretar, comparar, retornar. Curioso percurso esse da relação tradutória em que o retorno não nega, mas reforça; em que a comparação relativiza, não consuma; em que a interpretação credencia a volatilidade dos sentidos de hoje que não foram ontem e com certeza serão outros amanhã.

Bibliografia

- AUROUX, Sylvain. Traduction. In: *Encyclopédie Philosophique Universelle II, Les Notions Philosophiques*, vol. 2, Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1962.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BENVENISTE, E. (1976) *Problemas de lingüística geral II*, Campinas: Pontes, 1986.
- BARBE, Katharina. *Irony in context*. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamin, 1995.

²³ Quanto às decorrências dessa reconstrução do estrangeiro, Venuti (1998, p. 67) salienta um dos seus lados negativos:
As literaturas estrangeiras tendem a ser desistoricizadas pela seleção doméstica dos textos para tradução, que são destacados do conjunto da tradição literária estrangeira que lhes confere a sua importância; com frequência, os textos em língua estrangeira são reescritos obedecendo a estilos e temas prevalecentes num dado momento nas literaturas domésticas (...).

- BENJAMIN, Walter. *Mythe et violence*. Trad. Maurice de Gandillac, Paris: Denöel, 1971.
- _____. *Gesammelte Schriften*. In: Tiedemann, R. E. Schweppenhäusser (Eds.) Vol. IV, *Aufsätze, Essays, Vorträge*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972.
- _____. *Gesammelte Schriften*. In: Tiedemann, R. E. Schweppenhäusser (Eds.) Vols. II (1, 2) *Aufsätze, Essays, Vorträge*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.
- _____. *A tarefa – renúncia do tradutor*. Trad. do alemão: Sussana Kampff Lages. In: Werner Heidemann (Org.), *Clássicos da teoria da tradução*. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, p. 188 – 215, 2001.
- BOTH, Wayne C. *A rethoric os irony*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.
- DERRIDA, J. *De Tours de Babel*. In: *Psyché. Invention de l'autre*. Paris: Galilée, 1987.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cutrix, 1977.
- _____. *Nota sobre a pressuposição e o sentido literal*. In: Paul Henry: *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. do francês: M^a Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. *Ideologia. Uma introdução*. Trad. Silvana Vieira/Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Unesp: Editora Boitempo, 1997.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Guanabara Koogan, 1989.
- GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso. Trad. Freda Indursky. In: E. Guimarães (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: Lyons, J. *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cutrix, 1976.
- HAWKINS, E. (1982). *Awareness of language: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. do francês: M^a Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- KAMPPFF, Susana L. A Tarefa do Tradutor e o seu duplo: a Teoria da linguagem de Walter Benjamin como teoria da traduzibilidade. *Cadernos de Tradução*, n^o1, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996, p. 63 - 88.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp, 1989.
- MARCUSCHI, L.A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- MARTINS, Márcia A P. As relações nada perigosas entre História, Filosofia e Tradução. *Cadernos de Tradução*, n^o1, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996, p. 37 - 51.
- MITTMANN, Solange. Heterogeneidade e função do tradutor. *Cadernos de Tradução*, n^o4. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, p. 221-237.
- MOUNIN, George. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Do francês, Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cutrix, 1975.
- MUCKE, D.C. (1995). *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva.
- ORLANDI, Eni e GUIMARÃES, Eduardo (1985). *Texto, leitura e redação*. São Paulo: SE/CENP.
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, n^o 10. Uberaba, MG, 1984.
- _____. *Destruição e construção do sentido* (um estudo da ironia). *Série Estudos*. Uberaba, MG, 1986. p. 66 - 97.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- OTTONI, Paulo (1997-1998). *Traducción Recíproca y Double Bind-Desbordamiento y multiplicidad de lenguas*. Trad. do português, Sergio Flores. In: *SENDEBAR* (separata) n. 8-9. Andaluzia: Universidade de Granada.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PINHEIRO DE SOUZA, José. Teorias da tradução: uma visão integrada. *Revista de Letras*, n^o 20. Vol.1/2, jan./dez. 1998 p. 51 - 67.

- REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: Signorini, Inês. *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: SP: Mercado de Letras, 1998. p. 213 - 230.
- RODRIGUES, Sara V. Tradução e literatura comparada: cruzamento interdisciplinar. *Cadernos de Tradução*, nº11. Porto Alegre: Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Letras, 2000. p. 39 - 44.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de Linguistique Générale*, Paris: Payot, 1965.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Filosofia da tradução – Tradução de filosofia: o princípio da intraduzibilidade. *Cadernos de Tradução*, nº3. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998a. p. 11-45.
- _____. (1998b) Haroldo de Campos: Tradução como formação e “abandono” da identidade. In: Jacques Leenhardt e Sandra Jatahy Pesavento (Orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*, São Paulo: Editora da Unicamp p. 273 - 293.
- _____. Globalização, tradução e memória. *Cadernos de Tradução*, nº4. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999a. p. 151 - 165.
- _____. Double Bind: Walter Benjamin, a tradução como modelo de criação absoluta e como crítica. In: Seligmann-Silva (Org.), *Leituras de Walter Benjamin*. São Paulo: AnnaBlumme/FAPESP, 1999b. p. 15 - 46.
- _____. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: Romantismo e crítica poética*. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 1999c.
- _____. A história como trauma. In: Nastrovski, A e Seligmann-Silva (Orgs.) *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73 - 98.
- STEINER, G.. *Après Babel: Une poétique du dire et de la traduction*. Trad. Lucienne Lotringer. Paris: Edition Albin Michel, 1978.
- TODOROV, S. *Nous et les autres*. Paris, Éditions du Seuil, 1988.
- VENUTI, L. *The Translator's Invisibility – A History of translation*. Londres/Nova York: Routledge, 1994.
- _____. *The Scandals of Translation – Towards and ethics of difference*. Londres/Nova York: Routledge, 1998.